
O Cenário da cobertura da pauta ambiental no jornalismo do Amapá¹

Isabel Regina Augusto²

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Andreza Carolina da Costa Teixeira³

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Resumo

O presente estudo tem como propósito desenhar o cenário, ao realizar uma primeira e breve descrição e análise, da cobertura da pauta ambiental desenvolvida pelo jornalismo dos principais veículos do Estado do Amapá. Uma Unidade da Federação considerada possuidora de uma das maiores áreas preservadas da Amazônia brasileira, com cerca de 70% de cobertura verde, cuja capital é margeada pelo maior rio do mundo em volume de água e extensão, o Amazonas (INPE, 2008). Para tanto, foi empreendida revisão bibliográfica sobre Jornalismo Ambiental aliada à pesquisa exploratória de campo, visando verificar a presença desta especialidade jornalística nos veículos da mídia impressa, televisiva, radiofônica e web, incluindo os blogs locais ativos na atualidade. Esta pesquisa tem um caráter preliminar, como base para estudos do Jornalismo Ambiental na Amazônia amapaense.

Palavras-Chave: Mídia. Jornalismo. Meio Ambiente. Amazônia. Amapá.

Introdução

No extremo Norte do país, o Amapá é um dos três estados mais novos da federação, juntamente com Roraima e Tocantins. Território de 1943 a 1988, quando se tornou uma das 27 unidades federativas do país⁴, possui 776.000 habitantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), sendo o segundo menos populoso da nação, atrás apenas de Roraima. A maior parte da população

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em História e Civilização European University Institute (Firenze), Mestre em Comunicação FAC-Universidade de Brasília (BsB), jornalista pela UFES (Vitória). Professor Adjunto curso de Jornalismo UNIFAP. Atualmente atuando no Departamento de Comunicação Social da UFES. E-mail: isabelaugusto2005@yahoo.com.br.

³ Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá. Email: dreza.carolina@gmail.com

⁴ São 26 estados e 27 Unidades Federativas com o Distrito Federal. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 01 Jan. 2018.

amapaense está concentrada na capital Macapá e na cidade do município vizinho de Santana.

Cortada pela linha do Equador, a capital Macapá é banhada pelo mítico Rio Amazonas, que é o maior rio do mundo em volume e extensão, superando o rio Nilo, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, órgão pertencente ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, (INPE, 2008). Como se não bastasse, é considerado o Estado do Brasil com maior área de conservação conforme a organização não governamental norte-americana *Conservation Internacional*⁵ (2015), como veremos na tabela a seguir.

As riquezas ambientais do Amapá foram, recentemente, alvo de discussão na mídia nacional devido a possibilidade de exploração de petróleo na Foz do Amazonas que se concentra principalmente nos estados do Amapá e Pará, abrangendo o litoral desses estados e parte da bacia da Foz do Amazonas. A área em questão é considerada uma das mais promissoras do Brasil para a exploração de petróleo e gás natural.

Neste sentido, vale destacar também a polêmica na mídia nacional e internacional, devido ao episódio ocorrido em 2017, relacionado ao Decreto nº. 9.147 (Diário Oficial de 28 de agosto de 2017) no qual o governo brasileiro abria para exploração das mineradoras a RENCA⁶- Reserva Nacional de Cobre e Associados – região entre o Amapá e o Pará criada em 1984, com dimensões equivalentes ao território da Dinamarca. O documento foi revogado em seguida pelo decreto nº. 9.159 (Diário Oficial de 26 de setembro de 2017), como resultado da pressão da polêmica internacional promovida através da mídia. A situação revela a ponta de um *iceberg*, em se tratando deste emblemático Estado no que concerne meio ambiente, desenvolvimento, sustentabilidade e políticas públicas. E, em particular, revela o papel que o jornalismo na cobertura da pauta ambiental pode ter para informar, contribuir com o debate, e auxiliar a sociedade nos processos decisórios para tutela do Meio Ambiente e a formação de uma *ecocidadania* planetária.

⁵ Organização Não Governamental fundada em 1978, em Washington, Estados Unidos. Disponível em: CONSERVATION INTERNACIONAL. Fundo para conservação será lançado **no Amapá**. Disponível em: <http://www.conservation.org/global/brasil/noticias/Pages/fundo-inovador-para-conservacao-no-amapa.aspx>. Acesso em: 12 Set de 2015;

⁶ Polêmica RENCA Reserva Nacional de Cobre e Associados: Ver Carla JIMÉNEZ. “Renca: Temer revoga polêmico decreto que ameaça reservas da Amazônia”. *El País*, 26 setembro de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/25/politica/1506372008_097256.html.>. Acesso em 01 Jan. de 2018.

Desenvolvimento

Com um Produto Interno Bruto de R\$ 13.861 bilhões (IBGE, 2015), ocupando a posição de 25º lugar no *ranking* nacional, 85,8% da arrecadação do Estado são provenientes do setor de serviços, principalmente da administração ⁷pública. As atividades industriais representam 12,1% e a agropecuária apenas 2,1% de participação na economia amapaense. Portanto, falar em economia do Amapá é falar também sobre as potencialidades ambientais deste estado, que, segundo Chagas e Rabelo (2015), possui 19 áreas protegidas, além de territórios indígenas.

Tabela I: Áreas protegidas por leis ambientais no Amapá

Parques nacionais	Tumucumaque; Cabo Orange
Parque Natural	Parque Natural Municipal do Cancao,
Estações Ecológicas	Ilhas Maracá-Jipiôca; Jari,
Floresta Nacional	Floresta Nacional do Amapá
Reserva Biológicas	Fazendinha; Lago Piratuba; Parazinho,
Reservas Extrativistas	Beija-Flor Brilho de Fogo, Rio Cajari,
Reserva Particulares do Patrimônio Natural	Retiro Paraíso; Seringal Triunfo; Retiro Boa Esperança; Revecom; Aldeia Ekinox.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Rio Iratapuru
Áreas de Proteção Ambiental	Rio Curiaú e Fazendinha
Terras indígenas	Uaçá, Juminã, Galibi do Oiapoque e Wajãpi, Parque Indígena do Tumucumaque, Rio Paru d’Este e Zo’e (as três últimas possuem parte do seu território no estado do Pará).

De acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado (SEMA), 72%⁸ do território amapaense é preservado através de áreas de proteção ambiental (APP) e áreas indígenas. Por esse motivo quase todas as atividades econômicas desenvolvidas no estado têm relação estreita com o meio ambiente, podemos citar como exemplo a pecuária, além da mineração e as hidrelétricas. E, agora, a exploração de petróleo.

De fato, o Amapá é um estado de paradoxos, pois ao mesmo tempo em que possui riqueza ambiental e muitas e inegáveis potencialidades, enfrenta dificuldades quanto ao desenvolvimento econômico e social. Chagas (2013) explica que o solo amapaense é rico em minérios como ouro e manganês, tendo sido o estado, no período entre 1957 a 1986,

⁶ Há divergências em relação a esse dado. Chagas (2013) considera que o estado detém 70% de seu território como áreas protegidas, pois não computa os percentuais das áreas protegidas referentes às Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL).

o maior exportador brasileiro de minério de manganês. No entanto, esta riqueza não se traduz em benefícios econômicos e sociais para a população.

Os indicadores da mineração no PIB são pífios e representam a síndrome de uma doença com sintomas e tratamentos conhecidos, mas, caso o remédio não seja usado a tempo e em dosagens corretas, pode provocar efeitos colaterais e até mesmo a morte (CHAGAS, 2013, p.25).

O estado apresenta ainda grandes problemas sociais, sendo vários diretamente ligados ao meio ambiente. Um destes consiste na construção de habitações em áreas de ressaca, como são chamadas as lagoas no Amapá. Segundo o IBGE, 23% da população dos municípios de Macapá e de Santana vive em locais assim, o que se constitui em um crime ambiental, visto que as áreas de ressaca acabam sendo poluídas por lixo e detritos humanos que são despejados ali sem nenhum tipo de tratamento. Além disso, muitas dessas áreas são aterradas, provocando a obstrução de canais naturais de ligação ao Rio Amazonas.

Diante desse quadro, é de se imaginar que a mídia local tenha a preocupação em veicular matérias e reportagens que abordem a questão ambiental para informar e conscientizar a população à respeito dos problemas neste âmbito existentes no Amapá, afinal este é um papel de todo e qualquer jornalismo, ainda mais especificamente do Jornalismo Ambiental.

A proposta deste nosso trabalho é realizar uma pesquisa exploratória para a radiografia do cenário da cobertura da pauta ambiental feita pelo jornalismo local, visando um diagnóstico sobre o Jornalismo Ambiental no estado, buscando verificar sua existência e analisar de que maneira é realizado na mídia amapaense.

Fundamentação teórica

O jornalismo ambiental com coberturas específicas sobre meio ambiente ganha importância em nível mundial à medida que aumentam as evidências de que o planeta precisa ser explorado de maneira sustentável, com o risco de ameaçar ou negar um futuro às próximas gerações, cujo impulso maior surge de modo geral a partir de fins dos anos 1980 do Século XX (COLOMBO, 2010 *apud* AUGUSTO; REBOUÇAS, 2025, *mimeo*).

No entanto, esta modalidade de jornalismo tem raízes mais antigas. A primeira entidade de Jornalismo Ambiental surge na França na mesma época da *Conferência sobre a Biosfera* organizada pela UNESCO no ano de 1968 em Paris, a primeira reunião

intergovernamental a abordar sustentabilidade (COLOMBO, 2010 *apud* AUGUSTO; REBOUÇAS, 2025). Em 5 a 16 de junho de 1972, acontece a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente* em Estocolmo, que entrega a “*Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano*”. Posteriormente, a mesma ONU convoca a *Comissão Mundial para Assuntos do Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CMMAD), que gerou o famoso “*Relatório Nosso Futuro Comum*”, chamado também de *Relatório Brundtland*. O documento definiu em 1987 o conceito de “desenvolvimento sustentável”, como sendo aquele que “atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas” (CMMAD, 1988, 78 *apud* COLOMBO, 2010, 3 *apud* AUGUSTO; REBOUÇAS, 2025).

Também no Brasil o Jornalismo Ambiental surge em finais da década de 1980, e ganha força nos anos 1990, principalmente após a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* ou “*Cúpula da Terra*”, mais conhecida como *Eco 92* ou, ainda, *Rio 92*, que reuniu líderes políticos, estadistas e ambientalistas do mundo no Rio de Janeiro em junho de 1992. Já a *Rio+20*, organizada 20 anos após em 2002, não conseguiu igual repercussão e resultados (AUGUSTO; REBOUÇAS, 2025).

É válido questionar qual o papel, contribuição ou não, enfim a parte de responsabilidade que caberia ao jornalismo e à mídia de modo geral para tal situação de esvaziamento. Visto que é unanimidade indicar como principais problemas desta especialidade do jornalismo no país a falta de espaço dedicado ao tema e a descontinuidade como os principais e crônicos, além da superficialidade e espetacularização no tratamento das notícias (GIRARDI, 2012; BUENO, 2007).

Para Bueno (2007), o jornalismo ambiental é, em primeiro lugar, jornalismo com todas as suas características como o compromisso com a atualidade e a verdade. Este autor lembra que a produção de uma reportagem sobre meio ambiente obedece aos mesmos princípios do processo tradicional de produção de uma reportagem jornalística. Embora, como defende o mesmo, somente um jornalista está qualificado para tal trabalho. O que diferencia uma reportagem ambiental das demais produzidas e publicadas em outras editorias é o olhar e a capacitação do repórter, ou seja, a abordagem deve exigir compromisso e uma visão particular do mundo. “A reportagem ambiental é sempre uma reportagem ambiental necessária” (BUENO, 2007, p. 37).

Bueno aponta o jornalismo ambiental tem três funções: a informativa, a pedagógica e a política. A primeira delas, deve se preocupar em prestar informações sobre

as questões ligadas ao meio ambiente que sejam de interesse público, promovendo o debate ambiental. Quanto à função pedagógica, a reportagem ambiental deve se preocupar não apenas em passar as informações, mas em instruir, educar o leitor/telespectador/ouvinte. Por fim, este autor ainda acrescenta uma terceira função ao Jornalismo Ambiental, a política. O repórter ambiental deve agir no sentido de mobilizar as pessoas a passarem de atores passivos dos processos a cidadãos engajados nas causas ambientais.

Geraque (2004) acredita que a imprensa, em nível nacional e internacional, ainda não dá ao Jornalismo Ambiental a importância que ele realmente tem e praticamente não existe uma cobertura aprofundada, multifacetada e recorrente. As exceções são raras e geralmente aparecem em cadernos especiais de jornais ou em reportagens de revistas especializadas. Logo, os profissionais interessados e preparados para abordar o tema ambiental não encontram espaço.

Análise dos dados: o cenário da mídia e meio ambiente no Amapá

Mídia Radiofônica

Até o ano de 2016, o Amapá possuía doze emissoras de rádio, sendo nove 9 as rádios em Frequência Modular (FM) e três rádios de Amplitude Modulada (AM). Em relação ao jornalismo ambiental, apenas duas destas rádios possuem programas voltados ao meio ambiente. A Rádio Universitária Hélio Pennafort – 96,6 FM transmite o programa, *Meio Ambiente e Cidadania* e *Diagro em Foco*, ambos semanais. A Rádio Estatal ZYE - 276 Difusora transmite o *Alô, Alô Amazônia* diariamente, exceto aos domingos.

Mídia Televisiva

O Amapá possui programação local das principais emissoras nacionais, tais como a TV Amapá filiada à Rede Globo; TV Amazônia filiada à SBT; TV Equinócio filiada à Rede Record; TV Tucuju filiada à Rede TV; TV Macapá, filiada à Rede Bandeirantes.

Com exceção do *Eco Record News Amazônia*, nas demais emissoras o tema ambiental é abordado em reportagens específicas, nestes casos, as redes de TV locais geralmente exibem a consequência ambiental de algum fato, dificilmente é realizada uma abordagem com o objetivo de prevenir ou instruir as pessoas.

Nessa ocasião, ocorre a o que Bueno chama de síndrome da “Baleia encalhada”, sintoma de um dos problemas mais comuns quando se trata de reportagens ambientais. Esta síndrome ocorre quando o jornalista aborda somente catástrofes e desastres ambientais, de forma superficial e espetacular, muitas vezes tratando o assunto de forma dramática.

Essa síndrome significa uma cobertura estática, paralisante do meio ambiente, como se fosse possível (e desejável) ver a questão ambiental isolada de sua dinâmica, de suas causas e, portanto, distante dos grandes interesses que a promovem e a sustentam (BUENO, 2008, p. 115-116).

Mídia Impressa

Os jornais impressos com maior tiragem no Amapá são Jornal do Dia, A Gazeta, O Diário do Amapá e Tribuna Amapaense. A pauta ambiental nesses periódicos não possui uma editoria específica, as matérias sobre meio ambiente aparecem em entrevistas e editorias como Cidades e Geral. Além dos periódicos, o jornalismo impresso no Amapá é desenvolvido em revistas, as mais conhecidas são a Revista Camarim e a Revista You.

Mídia Digital

É na mídia digital, especificamente no webjornalismo, que o tema ambiental é abordado com maior frequência no Amapá. Os portais de notícia mais populares no estado são *G1 Amapá*, *Voz do Amapá*; Portal de notícias da Rede Globo e o *Portal Seles Nafes*, mantido pelo jornalista Seles Nafes. Citamos, ainda, os jornais que são a versão impressa veiculada na mídia digital quais Jornal do Dia; A Gazeta; Diário do Amapá e Tribuna Amapaense. Estes últimos estão na primeira fase do webjornalismo, que é a da metáfora justamente.

Dentre estes, o G1 Amapá aborda periodicamente o tema ambiental. No dia 13 de junho de 2025, por exemplo, havia duas matérias sobre o assunto na página principal do site. Uma delas trata sobre uma operação da Polícia Federal de combate ao desmatamento informando que 240 mil metros quadrados de área protegida da Floresta Estadual do Amapá foram desmatados para extração de madeira nobre (PEREIRA, **G1 Amapá**, 13/06/2025).

Uma segunda matéria informa que o estado nortista lidera estoques de biomassa na Amazônia, de acordo com a revista suíça *Sustainability*. Os demais portais abordam o tema de forma mais esporádica (ALEIXO, **G1 Amapá**, 12/06/2025).

Blogs e Mídias Sociais

O Amapá possui alguns blogs com um número considerável de acessos. Destacamos o blog Amazônia Brasil do escritor Chico Terra; o blog da escritora amapaense Alcinéa Cavalcante; o blog produzido pela estudante do Curso Técnico em Guia de Turismo de Centro Profissionalizante do Amapá, Neca Machado, ou seja, o Blog dos Técnicos em Meio Ambiente do Amapá; e o blog Grupo Beija Flor coordenado pelo historiador, agricultor e estudante de jornalismo da UNIFAP, Paulo Ramos da *Associação Agroecológica Beija-Flor*.

Considerações Finais

No Amapá a cobertura dos assuntos relativos ao Meio Ambiente é *tímida*, esta parece ser mesmo a melhor palavra para descrever esta prática do jornalismo no Estado. Talvez seja até mais prudente afirmar que, com base no levantamento de dados em campo (2015-2016) e análise preliminar, que ainda não podemos afirmar que exista a presença de um Jornalismo Ambiental amapaense, principalmente se levarmos em conta as considerações sobre as características e postulados apontados para esta especialidade do jornalismo pelos principais autores brasileiros referidos antes, como Bueno (2007), Girardi (2012) e Geraque (2004), entre outros. Temos sim “jornalismo sobre meio ambiente” e não Jornalismo Ambiental conforme conceituação de Girardi.

Esta constatação parece demonstrar o referido paradoxo observado na realidade desta unidade da Federação no início deste artigo. Afinal, como parte da Amazônia brasileira, cuja capital margeia o maior rio do mundo em volume de água (INPE, 2008) sendo o Estado com maior área preservada, onde cerca de 70% de sua área preservada conforme a organização não governamental *Conservation Internacional* (2015), como vistos anteriormente, haveria de se esperar uma ampla, aprofundada e continuada cobertura dos fatos e assuntos relativos ao Meio Ambiente para a região.

Como citamos no início deste artigo também, qualquer atividade econômica, científica ou cultural do homem moderno, que obviamente sempre impacta em menor ou maior medida todo e qualquer ambiente, tem repercussões de ações e impactos elevadas à enésima potência no caso do Amapá, pelos motivos expostos. E o que a “polêmica RENCA” demonstrou de forma emblemática em 2017.

O que aponta ou denuncia a necessidade de incentivo e esforços para que este cenário seja transformado, para a mudança deste quadro, visto a importância do jornalismo para a promoção da cidadania, de uma *ecocidadania*, como instrumento fundamental da democracia, conforme Bueno (2007) por exemplo, corroborado por todos autores consultados. Isto é fundamental para a inserção adequada do Amapá no próprio país bem como no mundo globalizado.

Pela análise dos dados coletados também pode-se observar que tudo indica que as novas mídias podem ser o grande trunfo para o desenvolvimento desta especialidade do jornalismo amapaense dedicado ao tema do Meio Ambiente.

Em resumo, ao desenhar o cenário dos veículos que cobrem a pauta ambiental no Amapá, observou-se uma forte timidez na cobertura desta modalidade de jornalismo no Estado, configurando esta atividade como “jornalismo sobre meio ambiental” e não propriamente um Jornalismo Ambiental. Mas, também, foi identificada a grande potencialidade da mídia digital para o futuro desenvolvimento desta especialidade do jornalismo do Estado, bem como a contribuição do curso de jornalismo implantado em 2011 na Universidade Federal do Amapá, portanto há 14 anos formando novos jornalistas, cuja matriz curricular possui a disciplina de Jornalismo Ambiental como obrigatória, para a transformação deste quadro. Esses constituem os primeiros passos para a transformação do quadro ora apresentado.

Referências:

ALEIXO, Rafael. Estudo publicado em revista suíça revela que o Amapá lidera estoques de biomassa na Amazônia. **Portal G1 Amapá**. 12 jun. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2025/06/12/estudo-publicado-em-revista-suica-revela-que-o-amapa-lidera-estoques-de-biomassa-na-amazonia.ghtml>>. Acesso em 13 jun. 2025.>

AUGUSTO, Isabel Regina; REBOUÇAS, José Edgar. **As síndromes do jornalismo na cobertura da tragédia do Vale do Rio Doce: mobilização, meio ambiente e jornalismo ambiental**. Vitória, UFES, 2025 (mimeo).

BUENO, Wilson. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 9.174, DE 28 de agosto de 2017**. Revoga o Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9147-28-agosto-2017-785411-publicacaooriginal-153666-pe.html>. Acesso 20 Dez 2017.

BRASIL. **Decreto 9.143, de 22 de agosto de 2017.** Extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9142.htm; Acesso em 20 Dez 2017.

BRASIL. **Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.** Estudo indica que o rio Amazonas é 140km mais extenso que o Nilo. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=1501. Acesso em: 05.02.2017.

CHAGAS. Marco Antônio. **Amapá: a mineração e o discurso da Sustentabilidade – de Augusto Antunes a Eike Batista.** Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

COLOMBO, Macri Elaine. **Jornalismo Ambiental: a sua história e conceito no contexto social. Anais do XXXIII Congresso de Ciências da Comunicação.** Rio Grande do Sul, 02-06 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-2674-1.pdf>. Acesso em 20.12.2017.

CONSERVATION INTERNACIONAL. *Fundo para conservação será lançado no Amapá.* Disponível em: <http://www.conservation.org/global/brasil/noticias/Pages/fundo-inovador-para-conservacao-no-amapa-.aspx>. Acesso em: 12.10.2015.

GERAQUE. Eduardo. **Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) elos perdidos.** In: BOAS, Villas. **Formação e Informação Ambiental: jornalismo para iniciados e leigos.** São Paulo: Summus, 2004.

GIRARDI, Ilza M. Tourinho; SCHUAAB, Reges; MASSIERER, Carine. Caminhos e Descaminhos do Jornalismo Ambiental. **Revista C&S** – São Bernardo do Campo, v.34, n.1, p.131-152, ju./dez. 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/.../3136>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

Nações Unidas. **Nosso Futuro Comum: Relatório da Comissão Mundial para Assuntos do Meio Ambiente e Desenvolvimento** - Cmmad- Rio De Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

PEREIRA, Isadora. Polícia Federal indica desmatamento ilegal de 230 mil m² em floresta protegida no AP. **Portal G1 Amapá.** 13 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2025/06/13/policia-federal-indica-desmatamento-ilegal-de-230-mil-m-em-floresta-protegida-no-ap.ghtml> Acesso em 13 jun. 2025.